

# AGRICULTURA SC

EDIÇÃO Nº 82 | SETEMBRO DE 2020



Fechamento autorizado,  
pode ser aberto pela ECT.



## PISCICULTORES AMPLIAM PRODUÇÃO EM SANTA CATARINA

Páginas 10 e 11

### CAMPO FUTURO

Produtores levantam custos em Xanxerê, Campos Novos e Araranguá

Páginas 4 e 5

### CICLONE

FAESC incentiva produtor atingido a buscar financiamento

Páginas 6 e 7

### FRUTICULTURA

Nova turma da ATeG inicia formação no sul do Estado

Página 14

### INOVAÇÃO

SENAR/SC lança ATeG para a cadeia da agroindústria artesanal

Páginas 16 e 17

# A MORTE DA AGRICULTURA

**José Zeferino Pedrozo** - Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de SC (FAESC) e do Conselho de Administração do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/SC)



Mais uma vez a agricultura brasileira – esse setor moderno e sustentável que se tornou paradigma mundial de produção, produtividade e respeito ambiental – enfrenta a ameaça da insegurança jurídica e o fantasma da inviabilidade.

Nesse momento, está tramitando no Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN 6446) que visa pronunciamento do Tribunal no sentido de definir se é constitucional ou não a aplicação de dispositivos do Código Florestal Brasileiro em áreas do bioma Mata Atlântica.

Também tramita perante a Justiça Federal de Santa Catarina a Ação Civil Pública 5011223-43.2020.4.04.7200/SC, na qual os seus autores almejam que o Poder Judiciário julgue que não deve ser aplicado, no bioma Mata Atlântica, dispositivos do Código Florestal Brasileiro.

Em ambas as ações entendemos que não se trata de aplicar uma norma em detrimento da outra, por serem incompatíveis; em sustentar-se que uma lei, pelo princípio da especialidade, deve prevalecer e a outra não deve ser aplicada. As legislações se complementam, a depender da situação. Não há, sob qualquer ângulo que se examine a questão, a existência de conflito entre as normas, na medida em que cada uma regula espécies de espaços protegidos em particular.

O Supremo, nos autos das ADINs

4901, 4902, 4903 e da ADC 42, já teve a oportunidade de debater amplamente a constitucionalidade e a aplicabilidade de dispositivos do Código Florestal Brasileiro (Lei 12.651/2012). Em memorável acórdão de mais de 700 páginas, o STF deixou absolutamente claro que o Código Florestal não representa um retrocesso ecológico, como alguns pregam, mas, ao contrário, ele se amolda à realidade do País, sendo a referida legislação (Código Florestal) intitulada pela própria Corte Suprema de Justiça como o “marco regulatório da proteção da flora e da vegetação nativa no Brasil”. Ou seja, seus dispositivos devem ser aplicados em todos os biomas existentes, inclusive no bioma Mata Atlântica.

Santa Catarina foi pioneira ao instituir o primeiro Código Estadual do Meio Ambiente do Brasil por meio da Lei 14.675, sancionada em 2009 pelo governador Luiz Henrique da Silveira. Foi um dos mais importantes atos para a agricultura e o agronegócio barriga-verde. A lei foi considerada medida de salvação do setor primário da economia. A aprovação do Código Ambiental era uma questão de vida ou morte para a agricultura e toda a vasta cadeia do agronegócio. Era o fim da insegurança jurídica que ameaçava paralisar o setor primário.

A lei catarinense influenciou a criação do Código Florestal Brasileiro, aprovado pelo Congresso em 2012. Ambos os códigos são leis complexas, que se constitu-

íram em grande avanço para a proteção e o uso racional dos recursos naturais, reafirmando o conceito de que as florestas e a vegetação nativa são bens de interesse comum, advindo daí o comprometimento com a preservação do patrimônio vegetal e com a biodiversidade.

Avançamos muito na redução da insegurança jurídica do agronegócio brasileiro que estava entre as maiores do mundo. A legislação ambiental brasileira pecava pela falta de objetividade e excesso de normas, dispersa em milhares de itens, entre leis, portarias e códigos.

Porém, agora estamos sob ameaça de retrocesso. A prevalecer o equivocado entendimento de que em áreas do bioma Mata Atlântica deva aplicar-se tão somente a Lei 11.428/2006, haverá consequências sociais e econômicas assombrosas. A agricultura como atividade econômica regular ficará inviabilizada e o modelo catarinense de produção integrada – esse que reúne pequenos produtores e as agroindústrias – simplesmente deixará de existir.

Havendo mudança no atual entendimento sedimentado no STF, estaremos, principalmente na região Sul, criando uma condição insustentável e irremediável sob o aspecto econômico e social. Competentes e extensas cadeias produtivas serão forçadas a paralisar. A locomotiva da economia barriga-verde vai descarrilar. Será a morte da agropecuária em Santa Catarina.



R. Delminda Silveira, 200 - Agronômica, Florianópolis - SC, 88025-500 - Fone (48) 3331-9700  
FAESC: facebook.com/FAESCSantaCatarina | SENAR/SC: facebook.com/SENARSC | www.SENAR.com.br

**DIRETORIA DA FAESC 2015/2019:** Presidente: José Zeferino Pedrozo, 1º vice-presidente: Enori Barbieri, 2º vice-presidente: Milton Graciano Peron, 1º vice-presidente de secretaria: João Francisco de Mattos, 2º vice-presidente de secretaria: João Romário Carvalho, 1º vice-presidente de finanças: Antônio Marcos Pagani de Souza, 2º vice-presidente de finanças: José Antônio de Pieri. **VICE-PRESIDENTES REGIONAIS:** Adelar Maximiliano Zimmer (Extremo-Oeste), Américo do Nascimento (Oeste), Wilson Antônio Verona (Meio Oeste), Mauro Kazmierczak (Planalto Norte), Lindolfo Hoepers (Vale do Itajaí) Márcio Cicero Neves Pamplona (Planalto Serrano) e Villibaldo Michels (Sul). **CONSELHO FISCAL EFETIVO:** Fernando Sérgio Rosar, Gilmar Antônio Zanluchi e Donato Favarin. **CONSELHO FISCAL SUPLENTE:** Nilton Goedert, Fabrício Luiz Stefaní e Dionício Scharf. **CONSELHO ADMINISTRATIVO DO SENAR/SC:** Presidente do Conselho Administrativo – Gestão 2015/2018: José Zeferino Pedrozo. **CONSELHEIROS:** Walter Dresch (Titular), Luis Sartor (Suplente). **Representantes:** Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (FETAESC) | Marcos Antônio Zordan (Titular), Neivo Luiz Panho (Suplente). | **Representantes:** Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC) | Ricardo de Gouvêa (Titular), Cinthya Monica da Silva Zanuzzi (Suplente).

**Representantes:** Agroindústria | Daniel Klüppel Carrara (Titular), Adílio Pedro Pazetto (Suplente). **Representantes:** SENAR Administração Central. **CONSELHO FISCAL:** Rita Marisa Alves (Titular), Pedro Cavalheiro de Almeida (Suplente) | **Representantes:** SENAR Administração Central | Tatiane Mecabó Cupello (Titular), Gilberto Modesto da Silva (Suplente) | **Representantes:** Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC) | Joãozinho Althoff (Titular), Acir Veiga (Suplente) **Representantes:** Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc). **DIRETORIA:** Superintendente: Gilmar Antônio Zanluchi

**MB Comunicação:** Jornalista Responsável: Marcos Antônio Bedin (Reg. Jornalista profissional MTB SC 0085-JP). Edição: Keli Magri. Redação: Marcos Antônio Bedin, Alessandra Cristina Favretto, Keli Magri, Lisiane Kerbes, Marciane Paz.

**Diagramação / Impressão:** COAN Indústria Gráfica  
**Tiragem:** 5.500 exemplares.

# PRODUTOR TEM ATÉ 30/09 PARA EMITIR CCIR E ENTREGAR DITR

A FAESC alerta os produtores e proprietários rurais catarinenses para o prazo de entrega da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) 2020 e emissão do Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR) 2020. O prazo para ambos encerra no dia 30 de setembro.

A DITR deverá ser apresentada pela Internet, por meio do Programa ITR 2020, na página da Receita Federal (rfb.gov.br). Está obrigado a apresentar a DITR 2020 aquele que seja - em relação ao imóvel rural a ser declarado, exceto o imune ou isento - pessoa física ou jurídica proprietária, titular do domínio útil ou possuidora de qualquer título, inclusive a usufrutuária; um dos condôminos, quando o imóvel rural pertencer simultaneamente a mais de um contribuinte, em decorrência de contrato ou decisão judicial ou em função de doação recebida em comum; e um dos compositores, quando mais de uma pessoa for possuidora do imóvel rural.

Também está obrigada a pessoa física ou jurídica que, entre 1º de janeiro de 2020 e a data da efetiva apresentação da DITR, tenha per-



dido a posse do imóvel rural, pela imissão prévia do expropriante, em processo de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, inclusive para fins de reforma agrária; quem perdeu o direito de propriedade pela transferência ou incorporação do imóvel rural ao patrimônio do expropriante; a posse ou a propriedade do imóvel rural, em função de alienação ao Poder Público, inclusive às suas autarquias e fundações, ou às instituições de educação e de assistência social imunes ao impos-

to; e nos casos em que o imóvel rural pertencer a espólio, o inventariante, enquanto não ultimada a partilha, ou, se este não tiver sido nomeado, o cônjuge meeiro, o companheiro ou o sucessor a qualquer título.

A multa para quem apresentar a DITR depois do prazo é de 1% ao mês ou fração de atraso, lançada de ofício e calculada sobre o total do imposto devido, não podendo seu valor ser inferior a R\$ 50,00. Em caso de dúvidas, os produtores podem procurar os Sindicatos Rurais em seus municípios ou a FAESC pelo telefone (48) 3331-9700.

## CCIR

Proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores de qualquer título de imóvel rural poderão emitir o CCIR 2020 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no site do Instituto (<https://sncr.serpro.gov.br/ccir/emissao?windowId=c46>). O certificado é indispensável para legalizar em cartório a transferência, o arrendamento, hipoteca, desmembramento, remembramento e a partilha de qualquer imóvel rural. É essencial também para a concessão

de crédito agrícola, pois é exigido por bancos e agentes financeiros. Para emitir o documento é necessário que o imóvel rural já esteja regularmente cadastrado no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR).

O CCIR tem periodicidade anual. Os certificados expedidos anteriormente perdem validade com a emissão do documento de cada exercício. Após imprimir o CCIR é necessário pagar a taxa de serviços cadastrais por meio da Guia de Recolhimento da União

(GRU), que é emitida junto com o certificado, para validar o documento. O pagamento é realizado na rede de atendimento do Banco do Brasil.

A emissão do certificado pode ser feita no site, por celular ou tablet via aplicativo denominado SNCR, Superintendências Regionais, Unidades Avançadas do Incra, Salas de Cidadania ou Unidades Municipais de Cadastro (UMC) que funcionam em cooperação com as Prefeituras e nos Sindicatos Rurais dos municípios.



Xanxerê - Produtores participaram do levantamento de dados via videoconferência com técnicos da CNA e do CEPEA

# AGRICULTORES LEVANTAM CUSTOS EM XANXERÊ, CAMPOS NOVOS E ARARANGUÁ

A FAESC promoveu em agosto três painéis virtuais do projeto Campo Futuro para levantar os custos de produção, a valorização no mercado e as projeções dos cultivos de soja, milho, trigo, feijão, aveia branca e arroz. Os painéis aconteceram em Xanxerê, Campos Novos e Araranguá.

Os encontros foram online, via aplicativo Zoom, conduzidas pelos técnicos do Sistema FAESC/SENAR-SC, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA).

Em Xanxerê, produtores e técni-

cos analisaram custos e produtividade alcançados pela safra 2019/2020 nas culturas de soja, milho, trigo, feijão e aveia branca. A produtividade da soja, principal na região, ficou dentro das expectativas dos produtores, atingindo 70 sacas por hectare. O mesmo aconteceu com o milho, que alcançou 220 sacas por hectare. O feijão e o trigo, no entanto, decepcionaram os produtores. O primeiro grão chegou a 25 sacas por hectare, bem abaixo das 35 sacas esperadas para a safra. O trigo teve um resultado muito inferior ao desejado, ficando em 45 sacas por hectare, das 60 espera-

das no período. A estiagem na hora do plantio e o excesso de chuva no momento da colheita foram os empecilhos dos produtores nas duas culturas. Já a aveia branca alcançou boa produtividade, 1.900 kg por hectare, dentro da expectativa regional.

Os produtores de Xanxerê apontaram os custos dos insumos como desafios da safra. Os dados preliminares levantados pelo projeto destacaram aumento entre 8% e 12%, influenciados pela flutuação do câmbio. Embora desafiadores, os números estão dentro das cotações esperadas no mercado.

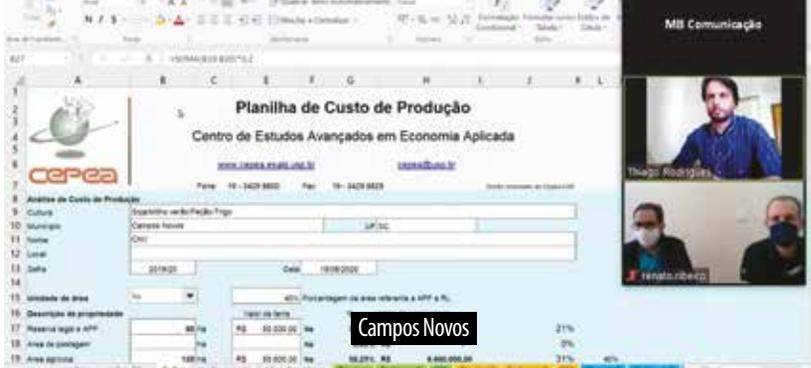
## SOBRE O PROJETO

O projeto Campo Futuro é desenvolvido há 13 anos, desde 2007, em mais de 300 municípios do País, com objetivo de aliar a capacitação do produtor rural à geração de informação para a administração de custos, riscos, preços e gerenciamento da produção agrícola e pecuária.

Para a realização do levantamento de dados utiliza-se a metodologia de “painel de custos de produção”, que consiste em reunir entre 10 a 15 produtores típicos da região e profissionais da área, para identificar, mediante debates e preenchimento de planilhas específicas, o sistema de produção local bem como seus custos diretos e indiretos.

Esses dados levantados in loco pelos produtores e pelos técnicos do CEPEA e da CNA ajudam a entender a realidade regional, os desafios de custo de produção, a dar transparência às ações da CNA e a abrir os olhos dos produtores para questões cada vez mais fundamentais no desenvolvimento das propriedades, inerentes ao maior controle gerencial”, destaca Thiago Rodrigues.

“Uma das principais dificuldades que o produtor enfrenta é a falta de informações gerenciais na sua propriedade. Hoje, ele tem acesso a dados técnicos e financeiros de diversos países, porém possui poucos registros de sua própria atividade. Além disso, o excesso de informações sobre o mercado, muitas vezes, dificulta a seleção do que realmente faz diferença na gestão do negócio. O Campo Futuro preenche essa lacuna, é um instrumento para que os produtores reduzam riscos e assegurem rentabilidade mínima”, ressalta o presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC, José Zeferino Pedrozo.



## CAMPOS NOVOS

Em Campos Novos, o aquecimento nas exportações, a valorização do dólar e o incremento da comercialização no mercado interno salvaram a safra dos produtores de grãos na região. Os dados apontaram queda na produtividade devido à estiagem no período e aumento nos custos e nos preços praticados. A produtividade da soja reduziu em 21% em relação à safra anterior, atingindo 54 sacas por hectare. Os produtores tiveram 7% de aumento nos custos operacionais, mas compensaram as perdas com a alta de 22% nos preços da soja para comer-

cialização. O mesmo aconteceu com o milho, que reduziu em 3% a produtividade, com acréscimo de 13% nos custos e evolução de 42% nos preços. O feijão não perdeu produtividade na safra e teve melhora nos preços de 17%, porém, os custos efetivos aumentaram no mesmo percentual.

O trigo apresentou cenário diferente. Os custos operacionais efetivos caíram 13% na safra em relação à anterior, mesmo percentual de queda na produtividade. O saldo positivo foi registrado nos preços de comercialização, com alta de 11%.



## ARARANGUÁ

Em Araranguá, a análise foi na cultura de arroz, que é a principal da região sul. A semente pré-germinada teve ganho de produtividade de 21% em relação à safra 2018/2019 e alcançou 175 sacas por hectare. O cenário também foi favorável para os preços praticados, com aumento de 33% em relação ao período anterior. Essa condição de bom preço e maior produtividade viabilizou a atividade na região e diluiu o aumento dos custos, que foi de 16% por saca.

O arroz semeadura também teve

ganho de preço e produtividade. Foram colhidas 156 sacas por hectare, 7,6% a mais que na safra anterior, porém os custos aumentam em 7,6% por saca, o que reduziu a margem de lucro dos produtores. Eles gastaram 9% a mais com mão de obra e insumos.

De acordo com o assessor técnico da CNA, Thiago Rodrigues, os dados levantados serão checados pela equipe do CEPEA junto ao mercado, compilados pela CNA e repassados aos produtores da região para integrar a estatística anual.

# FAESC INCENTIVA PRODUTOR ATINGIDO A BUSCAR FINANCIAMENTO



Os agricultores familiares de Santa Catarina, atingidos pelo ciclone-bomba no dia 30 de junho, poderão acessar crédito de custeio e investimento sem juros. A medida foi anunciada em agosto pela ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Tereza Cristina, e pelo Governo do Estado em videoconferência com lideranças do setor produtivo de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Os produtores enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), cujas atividades foram prejudicadas pelo ciclone, poderão acessar o crédito com taxas de juros de 2,75% a.a. no decorrer de todo o ano agrícola 2020/2021. Em Santa Catarina, o benefício será maior com a subvenção pelo governo estadual dos juros dos financiamentos aos produtores atingidos.

O presidente da FAESC, José Zeferino Pedrozo, participou da videoconferência e destaca que a redu-

ção dos juros beneficiará o setor no Estado, onde a agricultura familiar é predominante. Pedrozo elogiou a postura da ministra e do governo catarinense que têm atendido as reivindicações das entidades do agro e demonstrado sensibilidade aos pleitos dos produtores.

“Aplaudimos as medidas anunciadas que desburocratizam a concessão de crédito, aproximam agentes financeiros e produtores e incentivam o setor a investir. São ações que melhoram as condições dos produtores que neste momento precisam recuperar suas perdas”.

De acordo com levantamento da Epagri, o ciclone deixou prejuízos que passam de R\$ 588,3 milhões no meio rural e pesqueiro de mais de 238 municípios. Foram 44.255 estabelecimentos agropecuários e 1.771 pescadores e maricultores atingidos.

“O que sentimos é que o produtor catarinense, em sua grande maio-

ria, não tem ido em busca de crédito. Porém, com a ocorrência do ciclone, aconselhamos que os produtores renovem suas instalações e suas plantações, indo ao encontro dos bancos credenciados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e acessando as linhas disponíveis”, ressalta o dirigente ao informar que os produtores de banana no norte do Estado foram muito prejudicados pelo fenômeno meteorológico.

“As plantações foram destruídas e os produtores levarão muitos anos para recuperarem as perdas. Nossa orientação é para que busquem financiamento e aproveitem as condições melhores para retomar o plantio”. Os produtores de banana enquadrados no Pronaf também estão sendo estimulados a contratarem seguro rural, já que o Ministério da Agricultura incluiu a cultura no projeto-piloto que possibilita subvenção maior para quem foi atingido pelo ciclone no Estado.



## MEDIDAS

Crédito com taxas de juros de 2,75% a.a. no decorrer de todo o ano agrícola 2020/2021

R\$ 3,6 milhões para subvenção aos juros de financiamentos contraídos para recuperação de áreas atingidas pelo ciclone-bomba em SC

Prorrogação de 15 de agosto de 2020 para 15 de dezembro de 2020 do prazo de vencimento das parcelas de operações de crédito rural de custeio e investimentos de produtores prejudicados pela pandemia

Renegociação de parcelas para agricultores atingidos pela estiagem

R\$ 2 bilhões em seguro para produtores rurais afetados pela estiagem

## JURO ZERO EM SC

Por meio do Projeto Recupera SC - Menos Juros, a Secretaria da Agricultura do Estado de Santa Catarina destinará R\$ 3,6 milhões para subvenção aos juros de financiamentos contraídos para recuperação de áreas atingidas pelo ciclone-bomba. Produtores rurais e pescadores poderão adquirir financiamentos junto aos agentes bancários, num limite de R\$ 40 mil e com prazo de até oito anos para pagar. A Secretaria da Agricultura pagará os juros do investimento.

Poderão ser apoiados projetos de investimentos na recuperação dos sistemas produtivos afetados pelo ciclone, incluindo benfeitorias, embarcações, máquinas e equipamentos danificados.

Para participar do projeto, os produtores rurais e pescadores devem ter renda bruta anual de até R\$ 415 mil e morar nos municípios afetados pelo ciclone-bomba, listados no Decreto Estadual nº 700/2000.

## PANDEMIA E ESTIAGEM

Outra medida anunciada pelo Ministério da Agricultura foi a prorrogação de 15 de agosto de 2020 para 15 de dezembro de 2020 do prazo de vencimento das parcelas de operações de crédito rural de custeio e investimentos de mutuários cujas atividades foram prejudicadas pelas medidas de distanciamento social ligadas à pandemia de Covid-19.

O governo também elevou os limites de crédito de industrialização para agroindústria familiar, no âmbito do Pronaf, e aprovou a renegociação de parcelas para agricultores atingidos pela estiagem, ampliando o número de municípios e de produtores beneficiados.

Além disso, o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) e o seguro rural irão desembolsar R\$ 2 bilhões para produtores rurais afetados pela estiagem.

# CONSUMO DE TABACO REGISTRA QUEDA

A pandemia do novo coronavírus que atinge todos os continentes provocou a queda mundial do consumo de tabaco. Santa Catarina – segundo maior produtor brasileiro – sentiu esse efeito. As exportações do País no primeiro semestre deste ano (186,3 mil toneladas) caíram 24% em volume e 35% em receita cambial em relação ao mesmo período do ano passado.

De acordo com a FAESC, a queda de consumo e as dificuldades logísticas – dois problemas causados pela Covid-19 – levaram a China a reduzir as importações do tabaco brasileiro. As previsões não são boas para os fumicultores, projeta o vice-presidente Enori Barbieri. O desempenho do ano passado não deve se repetir em 2020. Em 2019 foi escoada parte da carga contratada ainda em 2018, o que elevou os embarques para mais de 548 mil toneladas no ano e receitas de US\$ 2,138 bilhões.

O dirigente acredita que, teoricamente, as vendas do segundo semestre poderão recuperar as perdas do primeiro semestre porque os maiores volumes de negócios são tradicionalmente fechados entre julho e agosto. Contudo, o avanço da pandemia deve manter o consumo em baixa.

A exportação de tabaco representou 62% do total produzido no



País, em média, no período de 2010 a 2019. Em 2019, quando 54% da produção brasileira foi exportada, o resultado permitiu manter o posto de maior exportador mundial do produto, com base em dados parciais até o mês de setembro. A maior parte da produção brasileira tem como destino o mercado internacional em decorrência de sua qualidade.

A produção catarinense de tabaco contribuiu para que o Brasil se mantivesse como líder exportacionista mundial nos últimos 25 anos,

destinando para o mercado internacional a maior parte da sua produção. Nos períodos de 2010 a 2019 o maior volume exportado ocorreu no ano de 2012 (176.573,19kg) e o menor volume em 2018 (84.911,60kg), o que representa uma queda de 52%.

Santa Catarina cultiva 93.159 hectares de fumo para uma produção estimada de 214.669,33 toneladas. O Brasil é o terceiro produtor mundial (China e Índia) com 398.000 hectares cultivados para uma produção nacional de 881.000 toneladas.

## PREÇOS

O presidente José Zeferino Pedrozo informou que a FAESC iniciará articulações no âmbito do Foniagro (Fórum Nacional de Integração do Tabaco) para a melhoria do preço pago aos produtores. Com a aprovação do regimento

do Foniagro, de acordo com a Lei 13.288/2016 (Lei da Integração), ficou estabelecido que o preço do tabaco para as safras deve ser sempre definido no mês de dezembro. Entretanto, as reuniões ocorridas em dezembro de 2019 para deter-

minar o preço do produto para a safra 2020 terminaram sem acordo. A proposta das entidades é apurar o custo de produção em conjunto com as empresas para dar prosseguimento à negociação do preço.

# PRODUTORES E INDÚSTRIA SE UNEM EM DEFESA DA IGUALDADE TRIBUTÁRIA

Cerca de 100 produtores rurais e 40 representantes da indústria láctea de Santa Catarina participaram de reunião do Conselho Paritário de Produtores e Indústrias de Leite do Estado (Conseleite) para debater formas de tornar a cadeia leiteira catarinense mais competitiva. O encontro por videoconferência teve a participação do presidente da FAESC, José Zeferino Pedrozo, do presidente do Conseleite, Valter Brandalise, e do secretário de Estado da Fazenda, Paulo Eli. A principal reivindicação do setor ao Governo é a equiparação tributária catarinense com Rio Grande do Sul e Paraná para garantir maior paridade entre os Estados na comercialização.

De acordo com dados do Conseleite, o Estado está perdendo competitividade por apresentar disparidade em relação às demais unidades da Federação no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Há uma diferença de seis pontos percentuais a mais de ICMS na hora da venda do produto UHT catarinense para Paraná e Rio Grande do Sul em função das substituições tributárias criadas pelos governos gaúcho e paranaense para proteger a indústria local, enquanto não há diferenciação na cobrança do imposto para entrada do lei-



Produção de leite precisa ser mais competitiva no Estado

te longa vida de fora de Santa Catarina.

Para igualar a tributação, o setor reivindica do governo catarinense crédito presumido de 4% na entrada do leite cru in natura, inclusive para as saídas de leite UHT e 7% nas saídas interestaduais de produtos lácteos para o Norte, Nordeste e Centro Oeste. “Se resolvermos isso em Santa Catarina, muita coisa muda em termos de competitividade”, destaca o presidente do Conseleite, Valter Brandalise.

Para o presidente da FAESC, a reivindicação assegura igualdade, principal defesa do setor produtivo para

melhorar as condições de trabalho e de rentabilidade da cadeia leiteira no Estado.

“Se um elo desta corrente sofrer, toda a cadeia sofre. A igualdade tributária é uma necessidade do Estado para melhorar os preços praticados, ampliar a competitividade e avançar para a tão almejada exportação”, sublinha Pedrozo ao destacar que os produtores e os representantes da indústria saíram esperançosos da reunião.

“Certamente o secretário levará a nossa demanda ao Governo do Estado, que atuará em defesa do setor”.

## MERCADO

Santa Catarina produz mais de 3 bilhões de litros de leite ao ano e é o quarto maior produtor do País, respondendo por 11% da demanda nacional. No entanto, o setor vem perdendo produtores anualmente devido ao encarecimento da produção e à falta de

rentabilidade. Segundo dados do último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 1.500 produtores estão abandonando a atividade a cada ano no Estado. A cadeia produtiva que já contemplou 70 mil produtores, atualmente, reduziu-

-se a 33 mil.

O esforço do setor produtivo é para melhorar a rentabilidade. De acordo com o Conseleite, os preços dos lácteos iniciaram uma reação no mês de junho e se mantiveram no primeiro decêndio de julho.



Programa acompanha de perto os produtores e assessora no gerenciamento da atividade

## PISCICULTORES AMPLIAM PRODUÇÃO EM SANTA CATARINA

O piscicultor de Indaial, no Vale do Itajaí, Michael Hosch, acaba de colher os resultados da primeira safra da criação de tilápias na propriedade. Com três viveiros, dois produtivos e um reservatório de água para reposição, o investimento feito em maio do ano passado resultou em 30 toneladas de peixe comercializadas nas agroindústrias locais. Número suficiente para classificar a atividade como principal sustento da família no município.

Michael é um dos produtores atendidos pelo programa de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) na piscicultura do SENAR/SC. O programa, em parceria com os Sindicatos Rurais de Benedito Novo, Jacinto Machado e Irineópolis, já atendeu desde 2016 140 piscicultores de 18 municípios do Estado: Benedito Novo, Apiúna, Doutor Pedrinho, Rio dos Cedros, Indaial, Timbó, Ascurra, Rodeio, Turvo, Jacinto Machado, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, Sombrio, Ermo, Morro Grande, Araranguá, Porto União e

Irineópolis. O objetivo é acompanhar a produção, auxiliar os piscicultores no trabalho de campo e orientá-los no gerenciamento das atividades e na gestão dos negócios.

“O programa me auxiliou desde o começo com instalação dos viveiros, compra dos alevinos, assessoria para contratar a melhor linha de crédito e todo o manejo. Se não fosse pela ATeG certamente não teria conseguido fechar o primeiro ciclo com esse resultado”, projeta Michael, que planeja ampliar a produtividade, alcançando duas safras dentro de 14 meses.

Outro piscicultor que está comemorando os resultados da produtividade é Maurício Konkol, de Irineópolis, Norte catarinense. Através do programa ATeG, ele transformou em renda a atividade que era apenas para consumo. Em um ano construiu cinco viveiros, três deles produtivos e fechou a primeira safra com a comercialização de 1,2 tonelada de tilápias. A estimativa para este ano é fechar duas safras com a venda de 2,5 tone-

ladas do peixe. “A ATeG traz toda a técnica e nos ensina a ter ‘olho clínico’ na atividade para melhorar o manejo e a produção”, relata Maurício ao comentar que o preço dos insumos é o maior entrave para aumentar a rentabilidade no setor.

Em todo o Estado, segundo a coordenadora estadual do programa, Paula Araújo Dias Coimbra Nunes, a assistência técnica e gerencial tem alcançado resultados relevantes para a cadeia produtiva da piscicultura. A meta para este ano, segundo ela, é ampliar o atendimento com a formação de novos grupos no Estado.

“O programa acompanha de perto os produtores, capacitando-os sobre os diversos aspectos da cadeia, como manejo e instalação dos viveiros, análise e controle da qualidade da água, alimentação e crescimento dos peixes, além do planejamento gerencial das propriedades. São técnicas que qualificam a produção e melhoram a produtividade, por isso, queremos ampliar o alcance”, destaca Paula.

## TRABALHO DE CAMPO

Os técnicos do programa ATeG, Luciano de Souza, Pedro Filipe Rey e Darlan Guolo Varela, que atendem os produtores nas regiões do Vale do Itajaí, Sul e Norte, respectivamente, afirmam que os desafios da atividade são a melhor organização da cadeia, a redução de custos de produção e a maior qualificação técnica. “É importante que os piscicultores encarem a atividade rural como sua empresa. Isso vai fazer com eles aumentem a produção e a rentabilidade”, observa Luciano, que assessora 29 produtores de oito municípios do Vale do Itajaí.

De acordo com o técnico, em 2018 a turma produzia 293 toneladas de peixes por safra anual (95% tilápia e 5% jundiá) e conseguiu ampliar a produtividade em 95% no primeiro ano de ATeG, passando para 577 toneladas

que movimentaram R\$ 2,8 milhões no mercado regional. Deste total, 70% têm venda direta para frigoríficos da região e o restante abastece o mercado local. “Para a segunda safra, estimamos um aumento de 40% na produção”, prevê Luciano.



Piscicultor de Indaial, Michael Hosch, iniciou no ano passado na atividade

## MELHORES ÍNDICES

O técnico Darlan Guolo Varela atende 30 piscicultores de seis municípios do Extremo Sul. As tilápias são comercializadas entre R\$ 4,80 e R\$ 5,10 ao kg diretamente das propriedades para agroindústrias do Estado e a estimativa da próxima safra é alcançar 270 toneladas.

O desafio dos piscicultores, segundo Darlan, é baixar os custos de produção, através de melhorias no controle de manejo e arrastamento, além da melhor compra dos insumos. “A projeção é alcançar duas safras a cada 14 meses”,

ressalta o técnico.

“A estiagem prejudicou os produtores da região. Com falta de água nos açudes, os peixes comeram menos e estão levando mais tempo para crescer”. Uma das soluções para acelerar o crescimento, segundo o técnico, está no melhoramento genético que reduz a taxa de conversão alimentar.

Na região do Planalto Norte, o técnico Pedro Rey atende 24 propriedades em três municípios, com produção média de 80 toneladas por ano de tilápia (70%), carpa e jundiá. Em quase

O programa conseguiu reduzir em 14,5% a taxa de conversão alimentar (kg de ração/kg de peixe produzido), diminuindo em 11% os custos da produção, já que os insumos respondem por 80% dos gastos com a atividade. “O ideal é 1,1kg a 1,2kg de ração para produzir 1kg de peixe. A nossa média baixou de 1,7 para entre 1,3 e 1,4”, detalha o técnico ao destacar que o controle efetivo sobre a qualidade da água, a temperatura, a adubação, a quantidade de oxigênio, a genética dos peixes, as proteínas da ração e quantidade de nutrientes impacta diretamente no crescimento e desenvolvimento dos peixes.

Os produtores que até então tinham safra anual ou fechavam um ciclo a cada 14 meses, reduziram 30% do período e passaram a cultivar uma safra a cada nove meses.

dois anos de ATeG, eles aumentam a produtividade em 50%, com potencial para triplicar a produção. Os resultados vieram após investimentos em reforma e construção dos viveiros, controle de qualidade da água e melhor gerenciamento dos negócios.

“Além do aprimoramento técnico nas propriedades, a atividade tem como desafios a melhoria do acesso ao mercado, a busca da organização do setor, aliada a políticas públicas de incentivo para desenvolver a atividade na região”, sublinha Pedro.

## MERCADO

De acordo com dados da Síntese Anual da Agropecuária Catarinense 2018-2019, elaborada pela Epagri/Cepa, Santa Catarina é o terceiro maior produtor de tilápias do Brasil, ficando atrás do Paraná (123.000 toneladas) e de São Paulo (69.500 toneladas). O Estado produz 38.338 toneladas das 50.462 toneladas totais de peixes. A movimentação econômica da piscicultura na última safra alcançou R\$244 milhões - R\$ 177 milhões só de tilápias.



Piscicultor Cláudio Rocha, de Praia Grande, está há 20 anos na atividade e aumentou a produção em 40% com a ATeG

# JOVEM APRENDIZ COTISTA RETOMA AULAS EM PAPANDUVA

O SENAR/SC retomou em agosto as aulas do Programa Jovem Aprendiz Cotista em Papanduva, planalto norte do Estado. Os 21 alunos selecionados no município estavam com aulas suspensas desde março, devido à pandemia, e retornaram à formação em formato online, via Microsoft Teams.

De acordo com a técnica de atividades em formação profissional do SENAR/SC, Nayana Setubal Bittencourt, esta é a segunda turma do Programa no município. Além de Papanduva, o SENAR/SC coordena outras três turmas em São Joaquim, uma em Fraiburgo e outra em Xanxerê, todas com aulas virtuais neste ano. Ao todo, 149 aprendizes entre 14 e 24 anos participam do Programa em Santa Catarina.

Segundo Nayana, os cursos de aprendizagem rural tiveram o conteúdo teórico adaptado para o formato digital, com acesso dos alunos a vídeoaulas pelos celulares, tablets ou computadores e o envio de atividades práticas diárias para validar a frequência. Os participantes aprendem sobre integração no trabalho; informática básica e avançada; gestão corporativa; comunicação oral e escrita; cidadania; matemática aplicada e financeira; segurança, saúde e higiene; operações comerciais e financeiras; atendimento ao cliente; noções de administração de pessoal; estatística; princípios da gestão da qualidade e contabilidade básica.

“Essencialmente, este Programa é presencial, porém as aulas online são uma adaptação temporária à necessidade de isolamento social para dar condições de estudo e maior segurança aos alunos, em sua maioria menores de idade. O ensino será 100% virtual neste ano e permanecerá até a retomada das ações presenciais no Estado”, ressalta Nayana.

Em Papanduva, a formação é no curso de Auxiliar Administrativo Financeiro. A parte prática será desenvolvida na empresa Lavoura e Pecuária Igarashi, parceira do programa no município. A atividade diária é limitada em quatro horas.

“Neste momento, os alunos estão com aulas teóricas, 100% digitais. Assim que possível, iniciarão a parte prática na empresa empregadora e alternarão teoria e prática durante a formação. Com aulas online e atividades diárias, eles têm acesso ao conteúdo de casa e podem tirar dúvidas e interagirem com a turma. Está sendo bem produtivo”, destaca a prestadora de serviço de instrutoria do programa no município, Cristiane Cruz dos Santos Mizer.

O novo formato agradou as estudantes Ana Júlia Pereira Moraes e Bianca da Silva Ulbrich, de 15 anos. Elas contam que o programa está sendo fundamental para o crescimento pessoal e profissional. “Estou gostando bastante porque mesmo com o mun-

do todo enfrentando a pandemia, não deixamos de aprender. As aulas online são importantes porque estamos em tempos de tecnologia, então já é uma grande experiência para nós”, relata Ana Júlia.

“Esse programa já me ensinou muito e vai ensinar mais ainda a ser um ser humano melhor, aprender a trabalhar em grupo e ajudar as pessoas. O método online facilita a aprendizagem”, acrescenta Bianca.

A coordenadora de RH da Igarashi, Thamy Maria Rank, explica que os alunos do programa passam por todos os setores administrativos da empresa para aprenderem na prática atividades como emissão de notas fiscais, atendimento ao cliente, serviços de almoxarifado, recepção, recursos humanos e segurança do trabalho.

“Essa primeira experiência corporativa contribui muito na formação dos jovens, fortalece o currículo para ingresso no mercado e desenvolve aptidões profissionais necessárias para qualquer ambiente de trabalho. Para a empresa, além do cumprimento legal, é uma oportunidade de formar profissionais de acordo com o perfil interno desejado e contribuir com a geração de emprego local”, ressalta.

As aulas práticas na empresa iniciam no próximo ano, assim que a pandemia permitir o retorno das atividades presenciais.



Instrutores comandam as aulas pela internet



Alunos de Papanduva formam a segunda turma do programa no município

# PROGRAMA RECEBE 175 INSCRIÇÕES EM SANTA CATARINA

O SENAR recebeu 175 inscrições em Santa Catarina para a quarta edição do CNA Jovem, programa gratuito de desenvolvimento de novas lideranças para o agro. O número de participantes catarinenses neste ano é o sexto maior do País entre todas as federações participantes. Em todo o Brasil, foram 3.739 inscrições.

Os selecionados têm entre 22 e 30 anos, vínculo com o setor agropecuário e formação técnica ou superior completa na área de Ciências Agrárias. O programa tem como objetivo preparar novos líderes para enfrentarem desafios e inovarem na agropecuária brasileira em cinco áreas: institucional, sindical, político-partidária, empresarial e educacional.

De acordo com o presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC, José Zeferino Pedrozo, o número de inscrições em Santa Catarina superou as edições anteriores e revela a forte atuação dos jovens no meio rural. “Vemos cada vez mais as famílias incentivando a suces-

são familiar no campo e investindo na profissionalização do trabalho. Nesta estrutura, os jovens ocupam um lugar fundamental e são peças-chave no gerenciamento das propriedades”.

A coordenadora estadual do programa, Francine Iagher, ressalta que o CNA Jovem é uma iniciativa estratégica que fomenta a liderança empreendedora e desafia a juventude a alcançar maior protagonismo no setor.

“Ao longo de etapas — virtuais e presenciais — serão discutidos diversos conteúdos necessários para o desenvolvimento do líder, realizadas atividades, palestras, oficinas, debates, webinars e experiências vivenciais com a finalidade de que cada jovem possa refletir e trabalhar as competências de liderança que necessita desenvolver”, explica.

No ano passado, quatro jovens de Santa Catarina participaram da etapa nacional da terceira edição do programa, com destaque para a engenheira agrônoma Carine Babick, de Itapi-



Quatro catarinenses participaram da última edição: Carine Babick (Itapiranga), Bruno Zanete Nesi (São Joaquim), Fernando Schneider (Guaraciaba) e Lucas Verona (Água Doce)

ranga, que foi a grande vencedora e trouxe o prêmio pela primeira vez ao Estado. Além de Carine, outros três jovens representaram o Estado na etapa nacional: Bruno Zanete Nesi (São Joaquim), Fernando Schneider (Guaraciaba) e Lucas Verona (Água Doce).

## COMO FUNCIONA O PROGRAMA

A primeira etapa já está em andamento neste mês de agosto, a distância, com conteúdos sobre o Sistema CNA e seus aspectos técnico-institucionais e legais e sobre a abrangência e relevância do setor agropecuário a nível nacional e mundial. Os participantes que passarem na prova objetiva avançam para a segunda etapa, que terá oficinas digitais remotas nos meses de setembro a dezembro, com objetivos específicos voltados a desenvolver os estágios iniciais da trajetória de liderança do jovem.

Em janeiro de 2021, o programa anunciará os 80 participantes selecionados na primeira fase para ingressarem na próxima etapa, que será presencial e remota. Os jovens trabalharão em grupos para desenvolverem habilidades e competências essenciais de líderes. Nesta fase, ocorrerão encontros presenciais em cinco polos relacionados a cada uma das áreas de foco, além de desafios, oficinas, atividades, testes e palestras. Os participantes também terão encontro nacional em Brasília, em abril, para coloca-

rem em prática o aprendizado.

O último encontro nacional e a divulgação dos vencedores estão agendados para agosto do ano que vem. A escolha da iniciativa vencedora será feita por uma banca de profissionais do setor do agro que definirá o grupo que apresentar a melhor iniciativa de liderança com potencial de resolução para o seu respectivo desafio. Na premiação individual, serão escolhidos os três jovens que apresentarem a melhor avaliação do perfil de liderança realizada ao longo de toda a jornada do programa.

# NOVA TURMA DA ATeG INICIA FORMAÇÃO NO SUL DO ESTADO

O SENAR/SC reuniu em agosto 30 produtores de frutas do sul do Estado para apresentar a metodologia do Programa de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) em Fruticultura que inicia a formação da segunda turma em setembro na região. O encontro foi em Timbé do Sul e contou com a presença dos fruticultores locais e dos municípios vizinhos de Turvo e Ermo.

A partir deste mês, os produtores receberão assistência técnica e gerencial dos profissionais especializados do SENAR durante dois anos para melhorar produtividade, manejo, gestão e comercialização. De acordo com a supervisora do SENAR na região sul, Sueli Silveira Rosa, o objetivo do programa é acompanhar a produção, auxiliar os fruticultores no trabalho de campo e orientá-los no gerenciamento das atividades e na gestão dos negócios.

“São fruticultores organizados em associações, certificados pelo Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos e que produzem banana, maracujá e pitaya para abastecer o mercado regional. Nosso trabalho é apresentar a eles um modelo de adequação tecnológica associada à consultoria gerencial”, destaca Sueli.

Segundo a coordenadora estadual do programa, Paula Araújo Dias Coimbra Nunes, a metodologia dá suporte e



Trinta fruticultores do sul do Estado conheceram a metodologia da ATeG que inicia nova turma na região

direcionamento técnico aos produtores na gestão das propriedades. “É um modelo de assistência técnica continuado, que engloba todos os processos da cadeia produtiva e possibilita a realização de ações efetivas nas áreas econômica, social e ambiental, assim como os processos de gestão do negócio”.

Esta é a segunda turma da ATeG em Fruticultura na região e será capacitada pelo SENAR/SC em parceria com o Sindicato Rural de Timbé do Sul. A primeira foi formada em 2018, em Aranguá. A metodologia do programa está fundamentada em cinco etapas: diagnóstico produtivo individualizado; planejamento estratégico; adequação tecnológica; capacitação profissional

complementar e avaliação sistemática de resultados.

“Temos muito orgulho deste programa que melhora o trabalho e a renda dos produtores e aumenta a produtividade em todas as cadeias atendidas no Estado. Nossa meta é ampliarmos o número de turmas e de produtores assistidos em todas as regiões”, ressalta o superintendente do SENAR/SC, Gilmar Antonio Zanluchi.

Neste período de pandemia, o trabalho de assistência técnica segue protocolo sanitário para atender todas as medidas determinadas pelos órgãos de saúde, entre elas, uso de máscaras, distanciamento social e higienização com álcool em gel.

## MERCADO

De acordo com dados da Epagri/CEPA, o Estado possui mais de 14 mil fruticultores e mais de 55 mil hectares de área colhida nas principais lavouras. É o segundo maior produtor de pitaya do País (330 mil toneladas), quarto produtor nacional de banana, com pro-

dução de 10,2% do total brasileiro e o terceiro na produção de maracujá — são 2,3 mil hectares de plantação, 80% deles na região sul.

“São números que mostram a força do agronegócio catarinense nas mais diversas cadeias. O nosso programa chega para so-

mar com o setor porque, além da técnica que melhora a eficiência e a eficácia do trabalho, a ATeG capacita para o empreendedorismo e aumenta a rentabilidade das famílias”, sublinha o presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC, José Zeferino Pedrozo.



REGIÃO NORTE

# CURSO DE JARDINAGEM ENSINA TÉCNICAS PARA VALORIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES

Produtoras rurais de Irineópolis, Monte Castelo, Major Vieira e Mafra, no norte catarinense, participaram do curso de jardinagem ofertado pelo SENAR/SC. A capacitação foi uma das 52 promovidas em agosto, em parceria com os Sindicatos Rurais em 11 municípios da região para fomentar o conhecimento e aumentar a produtividade e a renda dos produtores e trabalhadores rurais. Em todo o Estado, foram 197 treinamentos no mês para mais de 4.000 pessoas. Todos seguiram medidas preventivas estabelecidas pelos órgãos de saúde para o combate do novo coronavírus.

Em Irineópolis, o curso foi realizado em duas datas — 27 e 28 de julho, 3 e 4 de agosto —, em parceria com o Sindicato do município e com a empresa prestadora de serviço — Campo e Cidade Assessoria. No final do mês, 27 e 28, o município sediou mais uma capacitação sobre o tema. Em Major Vieira, o treinamento foi realizado nos dias 3 e 4, em Monte Castelo 10 e 11 e em Mafra nos dias 24 e 25.

De acordo com a instrutora do curso de jardinagem, Bianca Simon, o treinamento aborda técnicas de paisagismo e cuidados com as plantas para melhorar a organização e agregar valor às propriedades rurais. “É um curso

muito procurado pelos produtores da região que querem aprender como aplicar as técnicas em suas casas para aperfeiçoar seus jardins, fator que valoriza as propriedades em até 30% no mercado”, destaca. A capacitação ensinou aos produtores sobre o manejo das plantas, desde uma simples muda, além da hora do plantio, manutenção, período ideal para podas, preparo e uso de adubos, replantio e ornamentação.

“Os produtores costumam pegar as mudas com seus vizinhos e plantar sem conhecerem bem as técnicas que avaliam, entre outros aspectos, as condições climáticas e as características de cada planta na hora do cultivo. O curso possibilita essa maior organização, além do maior cuidado, aperfeiçoamento e embelezamento dos jardins”, reforça Bianca ao ressaltar que o treinamento também reutiliza materiais disponíveis nas propriedades, como palanques e madeira.

Os cursos rápidos ofertados pelo SENAR/SC são definidos anualmente em parceria com os produtores, sindicatos rurais, entidades, cooperativas e empresas públicas e privadas do setor em todas as regiões do Estado. São qualificações que ensinam técnicas para melhorar a gestão das propriedades e a desenvolver atividades de complemen-

tação de renda, como artesanato, confeitaria, produção caseira de alimentos, processamento de carnes e cultivo de plantas medicinais. As capacitações também englobam inclusão digital, operação e manutenção de máquinas agrícolas e organização das propriedades. No Norte, além da jardinagem, os destaques do mês foram os treinamentos sobre Processamento de Carne Suína e de Frango, Doma Racional de Equídeos, Segurança e Saúde no Trabalho com Agrotóxicos, Turismo Rural e Conservação do Solo.

“O nosso planejamento anual aborda as principais demandas dos produtores. São cursos que oportunizam aos agricultores novos negócios, melhorias nas propriedades, além do complemento da renda familiar”, sublinha o superintendente do SENAR/SC, Gilmar Antônio Zanluchi.

De acordo com o presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC, José Zeferino Pedrozo, são realizados, em média, 300 treinamentos por mês no Estado. “Neste ano, eles exigem uma série de medidas preventivas devido à pandemia, com redução no número de participantes para evitar o contágio do vírus. É um trabalho que fortalece nossas cadeias produtivas e melhora a vida dos trabalhadores”, destaca Pedrozo.

QUEIJS  
ARTESANAIS

Produtores terão acompanhamento técnico e gerencial do Senar na produção de alimentos artesanais em agroindústrias

## SENAR/SC LANÇA ATeG PARA A CADEIA DA AGROINDÚSTRIA ARTESANAL

Produtores de Chapecó, no oeste catarinense, e de Nova Veneza, no sul, que desenvolvem atividades voltadas à agroindústria artesanal, formarão as primeiras turmas da nova cadeia atendida pelo programa de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) do SENAR/SC. A partir de outubro, os produtores inscritos no programa terão acompanhamento técnico durante dois anos para desenvolverem a produção, o gerenciamento das atividades e a gestão dos negócios.

*“A ATeG busca agregar valor à produção de alimentos dos pequenos e médios estabelecimentos.”*

*Presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC,  
José Zeferino Pedrozo*

Em todo o Estado, segundo o presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC, José Zeferino Pedrozo, a assistência técnica e gerencial tem alcançado resultados relevantes em oito cadeias produtivas: pecuária leiteira e de corte, ovinocultura, apicultura, olericultura, fruticultura, piscicultura e maricultura. A inovação deste ano amplia o atendimento no setor que tem crescido exponencialmente no Estado: as pequenas e médias agroindústrias artesanais.

De acordo com Pedrozo, inicialmente os Sindicatos Rurais dos dois municípios estão recebendo inscrições dos produtores interessados na ATeG para formação das turmas, o que será ampliado para outras regiões nos próximos anos. Ele explica que a ATeG busca agregar valor à produção de alimentos dos pequenos e médios estabelecimentos.

“Faremos o levantamento das agroindústrias no Estado, categorizan-

do-as por tipo de produto e por região. Depois verificaremos a situação legal de cada uma, as quais precisam atender a legislação vigente e estar em processo de formalização. O terceiro passo é a seleção de agroindústrias que preferencialmente empregam mão de obra familiar, utilizam técnicas e produzam de forma artesanal e também produzam a própria matéria-prima ou a adquiram na região. Depois disso, iniciamos a capacitação em gestão e boas práticas e a execução do programa”, detalha o presidente.

Segundo a coordenadora estadual do programa, Paula Araújo Dias Coimbra Nunes, a assistência técnica e gerencial na nova cadeia vai qualificar produtores para gestão básica das agroindústrias, boas práticas de fabricação e de manipulação de alimentos. Durante o programa, serão avaliados indicadores econômicos e produtivos, com objetivo de aumentar a produtividade e gerar incremento de renda.

*“É uma cadeia que une a força produtiva do agronegócio catarinense com seu potencial de industrialização.”*

*Superintendente do SENAR/SC, Gilmar Antônio Zanluchi*

“É um trabalho continuado, que engloba todos os processos da cadeia produtiva e possibilita a realização de ações efetivas nas áreas econômica, social e ambiental, assim como os processos de gestão do negócio. Tudo isso possibilita a evolução socioeconômica da família e da comunidade”, ressalta Paula.

O superintendente do SENAR/SC, Gilmar Antônio Zanluchi, destaca que a ATeG orientará os pequenos e médios produtores na melhoria dos

processos e auxiliará na formação de arranjos produtivos e na abertura de mercados. “Cada produtor terá um diagnóstico produtivo, com planejamento estratégico, avaliação sistêmica de resultados, adequação tecnológica e capacitação profissional complementar. É um modelo inovador e estritamente técnico ofertado pelo Senar para desenvolver o agronegócio no Estado”.

Santa Catarina tem mais de 1.300 agroindústrias familiares, segundo levantamento da Epagri, e vê o setor em constante ascensão e fortalecimento no Estado. “É uma cadeia que une a força produtiva do agronegócio catarinense com seu potencial de industrialização. Nossos produtores enxergam nela uma forma de empreenderem no campo e qualificarem a produção de alimentos para atenderem o mercado cada vez mais exigente”, avalia Zanluchi.



## MERCADO

O presidente do Sindicato Rural de Chapecó e vice-presidente regional da FAESC, Ricardo Lunardi, afirma que a oferta do programa é um avanço na região que se destaca na cadeia da agroindústria. “Temos mais de 100 produtores nos sete municípios de abrangência do Sindicato – entorno de Chapecó — que trabalham com agroindústria artesanal, seja na produção de carnes e derivados ou leite e derivados. É uma área forte e em pleno desenvolvimento que certamente vai agregar ao Estado em produtividade a partir da assistência técnica e gerencial”.

No sul, segundo o presidente do Sindicato Rural de Nova Veneza, Adilcio Pedro Pazetto, a região mostra força na produção de leite e aposta na nova cadeia da ATeG como possibilidade para abranger os demais setores produtivos. “Apesar de não ser o principal foco na nossa região, a cadeia da agroindústria artesanal é um bom segmento porque vai ampliar o leque de atendimento aos produtores e englobar diversos setores, como panificação, conservas, derivados do leite, confeitaria, etc. Estamos ansiosos pelo início do programa”.

Os produtores interessados no programa devem procurar o Sindicato Rural dos municípios para inscrições. Além da nova área atendida, a ATeG também está com inscrições abertas para as demais cadeias em todo o Estado. Em Chapecó, há vagas para pecuária leiteira e de corte. Em Nova Veneza, para pecuária leiteira.

# SINDICATO COLHE DEMANDAS DE CURSOS PARA 2021 NO OESTE

O Sindicato Rural de Chapecó, associado ao Sistema FAESC/SENAR-SC reuniu as entidades parceiras para colher as demandas de cursos e treinamentos gratuitos que serão ofertados aos produtores rurais da região em 2021. O Sindicato atende sete municípios e promove em média, por meio do SENAR, 130 cursos por ano para ensinar aos agricultores técnicas para melhorar a gestão das propriedades e a desenvolver atividades de complementação de renda.

Além do presidente do Sindicato Rural de Chapecó e vice-presidente regional da FAESC, Ricardo Lunardi, participaram da reunião o supervisor do SENAR/SC no oeste, Helder Jorge Bar-

bosa, representantes da Epagri, das Secretarias da Agricultura e da Assistência Social dos municípios de abrangência e das agroindústrias Aurora e BRF.

“Todo ano reunimos as entidades parceiras para planejarmos os cursos e programas que serão disponibilizados aos produtores no ano seguinte. Nossos parceiros trazem as demandas de formação mais necessárias e juntos programamos a realização”, explica Lunardi ao destacar que 2021 terá mais de 100 treinamentos, com foco na gestão das propriedades, produção caseira de alimentos, artesanato, processamento de carnes e embutidos, além de regulação e manutenção de equipamentos e máquinas agrícolas.

“Procuramos sempre trazer treinamentos que respondem às demandas e necessidades da nossa região. Esses cursos rápidos possibilitam aumento de renda aos produtores e abrem um leque de possibilidades de empreender no campo”, complementa o supervisor Helder Barbosa.

As entidades parceiras da Federação também farão o levantamento dos produtores da região que queiram participar do programa de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) do SENAR no próximo ano. São nove cadeias produtivas contempladas pelo programa que acompanha, auxilia e orienta os produtores no trabalho de campo e na gestão dos negócios.

## QUALIFICAÇÃO

O superintendente do SENAR/SC, Gilmar Antônio Zanluchi, reforça que a meta da entidade é ampliar o número de produtores atendidos tanto nos cursos rápidos quanto no programa ATeG. “É um trabalho que fortalece nossas cadeias produtivas e melhora a vida dos trabalhadores. Neste ano, estamos atendendo todas as recomendações dos órgãos de saúde

para evitar aglomeração, proteger e prevenir os produtores do contágio do coronavírus”.

De acordo com o presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC, José Zeferino Pedrozo, são realizados, em média, 300 treinamentos por mês no Estado. “Abrangemos mensalmente mais de 4.000 produtores em quase todos os municípios catarinenses. A formação rural pro-

move o aumento da produtividade das famílias e fomenta todo o setor do agronegócio”, destaca Pedrozo.

Os interessados nos treinamentos devem procurar o Sindicato Rural do seu município para inscrições. As capacitações estão disponíveis no site do SENAR/SC ([www.senar.com.br](http://www.senar.com.br)), com especificação de carga horária, local e data.

# AGRO +

## MERCADO EXTERNO

As exportações do agronegócio brasileiro alcançaram a marca de US\$ 61,2 bilhões e de 131,5 milhões de toneladas no acumulado de janeiro a julho de 2020, um novo recorde para o período. Em relação aos primeiros sete meses do ano passado, o crescimento alcançado foi de 9,2% em valor e 17% na quantidade exportada. A análise da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) é baseada nos dados divulgados pelo Ministério da Economia. O saldo da balança comercial do setor registrou superávit de US\$ 54 bilhões, maior valor da história para o período. Os principais produtos exportados de janeiro a julho foram a soja em grãos (US\$ 23,8 bilhões), a carne bovina in natura (US\$ 4,2 bilhões), a celulose (US\$ 3,6 bilhões), o açúcar de cana bruto (US\$ 3,5 bilhões) e o farelo de soja (US\$ 3,5 bilhões). Esses cinco produtos representaram 62,9% da pauta exportadora do agro brasileiro no período. A China foi o principal importador do Brasil, sendo destino de 39,2% dos embarques dos produtos agropecuários.



## DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

O Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas da Secretaria de Defesa Agropecuária registrou em agosto 28 defensivos agrícolas que efetivamente estarão disponíveis para uso pelos agricultores. Desse total, cinco são inéditos, formulados a partir de ingrediente ativo piroxasulfona, isoladamente ou em mistura com outros ingredientes ativos, dez são biológicos microbiológicos e um feromônio. Com isso, 2020 soma 56 produtos de baixo impacto registrados. Esse é o maior número de registros de produtos desse perfil em um mesmo ano. Anteriormente, 2018 havia sido o ano que mais teve registros de baixo impacto, com 52 produtos autorizados. Os produtos que utilizam agentes de controle biológicos na sua formulação são alternativas de controle para os agricultores no combate às pragas, ao mesmo tempo que contribuem para o aumento da sustentabilidade da agricultura nacional.

## SAFRA DE GRÃOS

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) divulgou mais um levantamento da safra de grãos que está terminando, e a expectativa é de que os agricultores brasileiros devam colher mais de 253 milhões de toneladas, 4,8% a mais que no último ciclo. Para chegar a esses números, a Conab conta com 900 informantes espalhados pelo País. O trabalho consiste na análise da lavoura, tanto visual quanto em números. A ideia é obter o dado de produtividade mais próximo da realidade. Durante a pandemia, mais do que nunca, os profissionais contam com a tecnologia para acompanhar o andamento da safra. Um dos principais aliados é um satélite capaz de gerar imagens das principais regiões produtoras do Brasil.



# VOCÊ CONTRIBUI, O AGRO CRESCER!

Produtores, empregadores  
ou empresários rurais têm  
até o dia 04 de dezembro  
para pagar a Contribuição  
Sindical Rural 2020.

Saiba mais em  
[www.cnabrazil.org.br](http://www.cnabrazil.org.br)



**FAESC**

Federação da Agricultura  
e Pecuária – Santa Catarina  
[www.faesc.com.br](http://www.faesc.com.br)



**SENAR**

Santa Catarina  
[www.senar.com.br](http://www.senar.com.br)